

Gestão de Riscos



2025

Parte 1: estrutura da gestão de risco; atendimento à resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e à Resolução 54/2020 e suas alterações posteriores.

Índice

Risco Corporativo	3
Objetivos.....	3
Governança.....	3
Divulgação das Políticas.....	4
Declaração de Apetite a Risco	4
Teste de Estresse Integrado.....	5
Risco Operacional.....	5
Descrição	5
Responsabilidade dos Comitês	6
Metodologia	7
Alocação de Capital para Risco Operacional.....	8
Risco de Mercado	8
Descrição	8
Responsabilidade dos Comitês	9
Ferramentas.....	9
Carteira de Negociação e Carteira Bancária	10
Estrutura de Limites.....	11
Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)	11
Tabelas.....	12
Risco de Liquidez	13
Descrição	13
Responsabilidade dos Comitês	14
Ferramentas.....	14
Risco de Crédito	14
Descrição	14
Critérios de Gestão de Crédito	15
Fluxo de Aprovação	16
Rating.....	17
Monitoramento de Crédito	17
Gestão de Garantias	17
Revisão de Crédito.....	17
Risco Atribuído.....	17
Processo de Recuperação de Crédito	18
Responsabilidade dos Comitês	18
Risco de Crédito de Contraparte	22
Descrição	22
Exposições de Securitização.....	23
Objetivos das atividades de securitização	23
Risco Socioambiental e Climático.....	24
Descrição	24
Conclusão.....	25

Risco Corporativo

Objetivos

O Banco ABC Brasil entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco.

Para tanto, mantém estruturas dedicadas às atividades de gestão de risco, que avaliam, monitoram e informam tanto o risco assumido, quanto o apetite de risco da organização, propondo medidas que reforcem a execução dos processos, corrijam falhas e coibam práticas não condizentes com os padrões exigidos. Objetiva também atender a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, que rege as atividades das estruturas de gestão de riscos, pela resolução Nº 54 que aborda a divulgação de informações sobre gestão de riscos e capital relevantes para o negócio

O arcabouço desenvolvido pelo Banco ABC, alinhado às diretrizes discutidas entre Diretoria e Comitê Executivo e aprovadas pelo Conselho de Administração, orienta-se para a realização de objetivos que são atingidos por meio de ações que permitam:

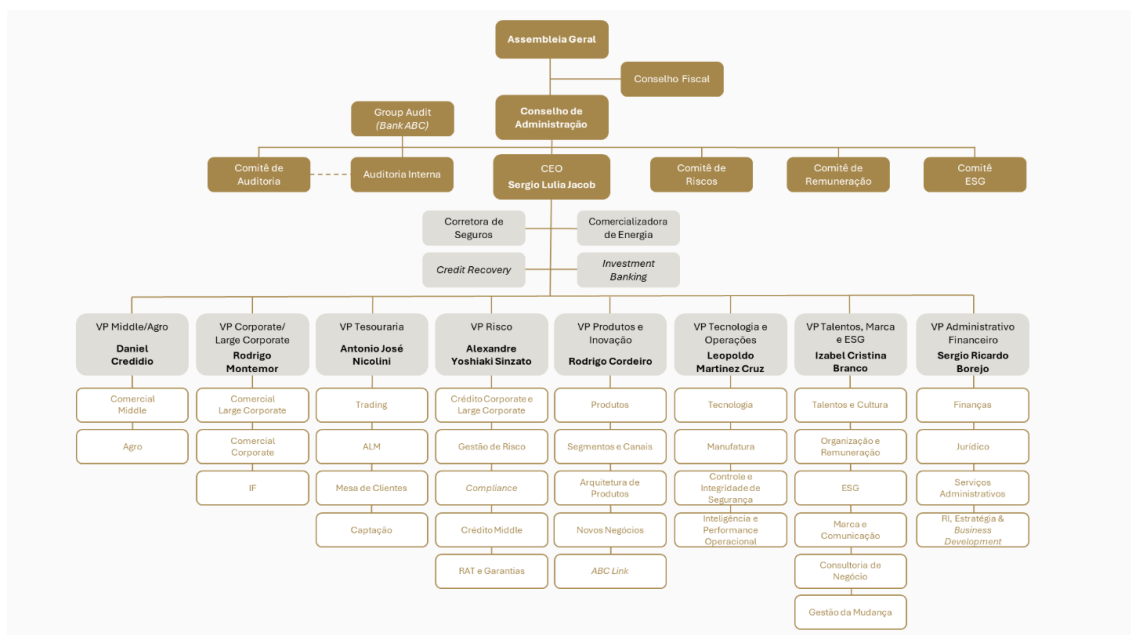
- alinhar o apetite por risco e a estratégia adotada;
- tomar decisões em resposta aos riscos;
- reduzir incidências e prejuízos operacionais;
- identificar e administrar os riscos inerentes à operação;
- fornecer respostas integradas aos diversos riscos;
- aproveitar as oportunidades;
- melhorar a alocação de capital.

A Gestão do Risco Corporativo é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada pela Vice-Presidência de Crédito e Riscos e pela Auditoria, que respondem disciplinarmente à Presidência e funcionalmente ao Comitê de Risco do Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, respectivamente.

Governança

ABC Brasil, empresa de capital aberto, com ações negociadas na B3, no nível II, considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro de padrões éticos aceitos e recomendados.

A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da B3, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Comitê Executivo, além de colégios internos, como Comitê de Risco do Conselho e outros comitês operacionais.



O Conselho de Administração e o Comitê de Risco do Conselho são responsáveis pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Devem garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebem para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

Ao Comitê Executivo cabe a execução das definições do Conselho de Administração e do Comitê de Risco do Conselho, bem como a gestão das atividades da instituição.

Ao Executivo responsável pelo Gerenciamento de Riscos da instituição (CRO) cabe a responsabilidade da supervisão do desenvolvimento, implementação e desempenho da estrutura de riscos, além da adequação ao apetite a riscos e objetivos estratégicos das políticas, processos, relatórios, sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de riscos. Cabe também ao CRO a responsabilidade da adequada capacitação dos integrantes da estrutura de gestão de riscos e por fim subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos, auxiliando o Conselho de Administração da instituição.

Divulgação das Políticas

As políticas de gestão de risco estão divulgadas em página interna (intranet), onde as normas estão publicadas e acessíveis a todos os colaboradores do Banco sempre com o objetivo de disseminar conteúdo sobre cultura de riscos e os objetivos estratégicos do Banco a todos os colaboradores da forma mais simples, rápida e eficiente possível.

Declaração de Apetite a Risco

Em cumprimento a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, a estrutura de gestão de risco mantém e gerencia o Apetite a Risco da instituição. O Banco define

Relatório de Risco – 2025

Apetite a Risco como o tipo agregado e o nível de risco que está disposto a assumir, dentro de sua capacidade de gerenciá-lo, de forma a alcançar seus objetivos estratégicos e plano de negócio e não colocar em risco a sustentabilidade financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo.

A Declaração de Appetite a Risco do Banco é composta por indicadores que estabelecem apetite ao risco para um conjunto de riscos financeiros e não financeiros, proporcionais ao tamanho e complexidade da instituição.

Teste de Estresse Integrado

Através da liderança e gestão da estrutura de risco e em conformidade com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Banco realiza anualmente o Teste de Estresse Integrado, no qual considera os principais riscos relevantes da instituição, com o objetivo de simular seus principais indicadores chave em cenários de estresse. O resultado é aplicado nos indicadores de capital e rentabilidade do banco mensurando a capacidade da instituição em suportar os impactos dos choques adversos. Adicionalmente, o Banco realiza o Teste de Estresse reverso onde é calculada a perda máxima a ser absorvida para que a instituição se mantenha dentro dos parâmetros regulatórios.

Risco Operacional

Descrição

O Banco gerencia Risco Operacional como uma categoria específica de risco. Sua abrangência compreende toda a instituição, envolvendo todos colaboradores, e processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. O risco operacional também contempla risco legal, exceto risco estratégico e reputacional.

O objetivo da gestão do risco operacional é a avaliação ponderada e constante da exposição ao risco e a consequente definição da resposta ao risco: aceitação, redução, compartilhamento ou transferência do risco. A estrutura de gestão considerando 1a e 2a Linha de Defesa - tem a missão de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional de acordo com o apetite de risco da organização.

O Banco ABC estrutura a gestão de risco operacional em três linhas de defesa. A 1a Linha de Defesa representada pelo gestor das áreas de negócio e suporte com a responsabilidade de mapear riscos e controles associados acompanhados pelo desafio proposto pela 2a Linha de Defesa, representada pela Área de Gestão de Riscos, que detém a responsabilidade de desenvolver e disponibilizar políticas, procedimentos e ferramentas. Por fim, a Auditoria como a 3a Linha de Defesa possui a atribuição de monitoramento das áreas operacionais, de negócios ou suporte e as demais áreas de controle e gestão de risco.

Relatório de Risco – 2025

O arcabouço de gerenciamento foca em ferramentas específicas de gestão de riscos e controles internos através do processo de captura, reporte e remediação de incidentes aliado a função de agentes de controles e riscos que atuam em todas as áreas do Banco. Adicionalmente, treinamentos e ações de conscientização visam incrementar a cultura de controle de risco.

A Área de Gestão de Risco é também responsável, pelo gerenciamento de Continuidade de Negócios, sendo a 1ª Linha responsável por elaborar os respectivos planos. O plano referente a *disaster recovery* pertence a Área de Tecnologia e tem na Área de Gestão de Risco Operacional o apoio e desafio pertencente a 2ª LDD. Testes são realizados periodicamente para garantir que estejam ajustados à realidade do Banco.

Responsabilidade dos Comitês

A governança existente atua no constante monitoramento corporativo através do Comitê de Riscos Não Financeiros, comitê de governança interna constituído para este fim, além do Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Comitê de Risco e Comitê de Auditoria, além do monitoramento realizado pelas auditorias internas e externas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

- *Conselho de Administração:* acompanhar as atividades dos comitês de assessoramento, avaliar as políticas de gestão de riscos, testes de stress, entre outros pontos.
- *Comitê de Risco do Conselho (CRC):* aprovação da estrutura de gestão de risco operacional; composto pelos membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente.
- *Comitê de Auditoria:* o comitê de riscos deve coordenar suas atividades com o comitê de auditoria, de modo a facilitar a troca de informação, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e o efetivo tratamento dos riscos a que a instituição está exposta.
- *Comitê Executivo:* garantir que a estrutura aprovada pelo CRC funcione de forma independente e com recursos próprios suficientes; aprovação de itens levantados pelo CROCS que necessitem de suporte institucional; composto pelo Presidente Executivo e Vice-Presidentes Executivos.
- *Comitê de Riscos Não Financeiros:*
 - composto pelos Vice-presidentes Executivos de Riscos, Operações e Produtos e pelos gestores de Risco, Compliance, Manufatura, Controladoria, Tecnologia;
 - avaliar políticas de gestão de riscos, compliance e segurança da informação;
 - acompanhar riscos e controles que necessitam de aprovação ou ações corretivas/planos de ação.

Metodologia

O modelo de gestão do Risco Operacional prevê:

- **Matriz de Risco e Controle – RCA (*risk and control assessment*)**

Mapeamento, avaliação, monitoramento e mitigação de risco com respectivo controle estruturado de forma padronizada para processos mapeados com a utilização de sistema corporativo.

Avaliação dos riscos quanto a impacto e probabilidade de ocorrência em caso de ausência de controles (riscos inerentes) e com o controle aplicado (risco residual);

Avaliação dos controles associados aos riscos quanto a mitigação abordando sua qualidade e a efetividade com que é aplicado;

Análise da coerência entre a mitigação identificada pela comparação dos riscos inerentes com os riscos residuais e a qualidade identificada do controle;

Identificação dos maiores riscos e controles deficientes com a elaboração de relatórios e a definição de eventuais planos de ação.

- **Indicadores-chave de risco;**

Há indicadores capturados e cadastrados para acompanhamento de gestão de risco operacional;

Os indicadores permitem a identificação tempestiva de problemas operacionais e a elaboração de planos de ação.

- **Bases de dados de perdas e de incidentes;**

Capturados incidentes com e sem perdas operacionais;

Classificado por categoria de risco operacional e linhas de negócio;

A base de perdas auxilia na avaliação dos riscos e controles registrados na matriz de risco, permitindo sua aferição e a definição de planos de ação.

- **Testes de controles de 2ª Linha;**

Os controles associados a riscos avaliados como relevantes, conforme metodologia do Banco para avaliação de risco, são testados pela Área de Gestão de Risco;

Os testes permitem a aferição da qualidade dos controles registrados na matriz de riscos e controles;

Os testes podem resultar em planos de ação caso os controles sejam identificados como insatisfatórios.

- **Comunicação;**

Representa importante pilar para expansão da cultura de gestão de riscos dentro do Banco. Nesse sentido há relatórios, treinamentos, divulgações e disseminações temáticas. Relatórios sobre o status do gerenciamento são preparados para reporte as Áreas, Comitê de Risco do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e o Comitê de Riscos Não Financeiros.

Relatório de Risco – 2025

- **Treinamento.**

Contextualizar com abordagem prática os conceitos de gestão de risco e controle.

Alocação de Capital para Risco Operacional

Desde 2025 o Banco adota a “Metodologia Padronizada” ou SMA – *standardized measurement approach* – para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional (Resolução 356).

Risco de Mercado

Descrição

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições mantidas. Incluem-se neste conceito os riscos das operações sujeitas à variação do câmbio, taxa de juros, inflação, de preço de ações, índices, spreads de crédito, mercadorias e volatilidade.

A gestão do risco de mercado utiliza informações internas fornecidas diariamente à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro pela área de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez, que centraliza as atividades de controle e monitoramento da exposição das carteiras.

A Área de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez, adicionalmente, elabora relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, divulga o apetite de risco às áreas envolvidas na gestão do risco de mercado e participa do processo de aprovação de novos produtos, linhas de negócios e iniciativas estratégicas.

A Tesouraria executa as decisões e orientações do Comitê Financeiro e faz a gestão das posições das carteiras de negociação e de não-negociação dentro dos limites estabelecidos para sua atuação. O Comitê Financeiro se reúne quinzenalmente para discutir as exposições e traçar a estratégia para o período seguinte, devendo sempre garantir que os limites estejam adequados ao apetite de risco e conjuntura dos mercados, agindo imediatamente em caso de desenquadramento.

O apetite de risco é expresso na forma de limites, que são aprovados para cada ano-calendário, ou períodos mais curtos caso necessário; são instâncias aprovadoras o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco de Conselho do ABC Brasil.

A estrutura de gestão do risco de mercado segue os padrões de governança do ABC Brasil. O reporte direto ao Diretor de Gestão de Riscos, que por sua vez reporta ao Vice-Presidente de Crédito e Risco, garante independência em relação a Tesouraria e demais áreas de negócio.

Responsabilidade dos Comitês

- *Comitê de Risco do Conselho*: aprovação da estrutura de gestão do risco de mercado; aprovação de apetite ao risco, dos limites de exposição ao risco e demais atribuições de acordo com a Resolução CMN nº 4.557;
- *Comitê Executivo*: garantir que a estrutura aprovada pelo *Comitê de Risco do Conselho* funcione de forma independente, contando com recursos próprios suficientes;
- *Comitê Financeiro*:
 - pré-aprovação dos limites de exposição ao risco;
 - monitoramento das posições de Tesouraria e definição de estratégia;
 - avaliação do cenário econômico e financeiro;
 - composto por:
 - Presidente e Vice-Presidentes Executivos;
 - Diretores de Trading, ALM, Riscos, Finanças ou representantes;
 - Departamento Econômico ou representante.

Ferramentas

As principais ferramentas usadas pela instituição na gestão do risco de mercado são:

- *Valor-ao-Risco (VaR ou “Value-at-Risk”)*: Indicador que mede o valor, em unidades monetárias, da maior perda que uma carteira pode sofrer em dado período e determinado nível de confiança estatístico. Pode ser calculado de diversas formas, mas todas levam em conta a distribuição de retornos das carteiras. Um dos benefícios do indicador é permitir a agregação do risco de classes de ativos diferentes, levando em conta a correlação entre seus retornos, sendo uma medida relativamente simples para definição de limites de exposição. Os relatórios diários mostram o VaR calculado para diversos fatores de risco, ajudando na identificação de concentração de riscos nas carteiras e orientando ações mais efetivas de redução da exposição. O cálculo baseia-se em um modelo de VaR histórico com janela de observação de dois anos, período de retenção de um dia e nível de confiança de 99%. O VaR histórico, porém, como mencionado no item “testes de estresse” a seguir, é lento em considerar o impacto inicial de eventos extremos, resultantes de choques inesperados e de alto impacto que causem mudanças abruptas nos preços e nos padrões de correlação de retornos.
- *Análise de sensibilidade (DVO1)*: Indicador de renda fixa; mostra o ganho ou perda resultante do deslocamento paralelo de 1bp (basis-point: um centésimo de ponto percentual) na estrutura a termo de taxa de juros. Útil também para indicar concentração de risco, levando em conta que o efeito de alteração nas taxas de juros é mais acentuado para prazos mais longos.

Relatório de Risco – 2025

- *Exposição*: métrica utilizada para monitorar o valor de exposição dos fatores de risco a que uma carteira está sujeita, através dessa métrica é possível estabelecer apetite para aplicações em moedas, commodities, ações, títulos, entre outros ou até mesmo fazer simulações pontuais do efeito de variações nos valores desses fatores no resultado dessa carteira.
- *Testes de estresse*: Resultado da aplicação de cenários de crise nas carteiras. Podem ser cenários históricos, representando os efeitos de crises ocorridas, ou cenários hipotéticos. Tais cenários devem levar em conta a variação dos preços em um período de tempo suficiente, que considera tanto o efeito acumulado dos choques, quanto o tempo necessário à reversão ou hedge das posições. O indicador permite que se leve em conta eventos extremos, mas factíveis, que estariam na cauda das curvas de distribuição de retornos, que é desconsiderada no cálculo de VaR.
- *Testes de aferição (“Back-testing”)*: Testes em que se comparam os retornos diários das carteiras com a perda máxima prevista pelo VaR, dado nível de confiança. Por exemplo, se o nível de confiança do VaR for de 99%, em 1% das ocorrências, a perda ocorrida deve ser estatisticamente maior que o VaR calculado. O objetivo é verificar a aderência do modelo usado para os cálculos de VaR.
- *Gregas (delta e vega)*: medidas de sensibilidade utilizadas na gestão de carteiras de opções que preveem alterações no prêmio das opções em função de movimentos nas variáveis de mercado utilizadas no valuation desse prêmio. O delta é a sensibilidade a alterações de primeira ordem no preço do ativo-objeto e vega a sensibilidade a alterações no valor da volatilidade do ativo.

Carteira de Negociação e Carteira Bancária

- Seguindo os conceitos das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, os instrumentos financeiros são classificados como parte da “Carteira de Negociação” (*trading book*) ou da “Carteira Bancária” (*banking book*) em função do propósito de sua constituição.
- A “Carteira de Negociação” consiste no conjunto de posições em instrumentos financeiros e commodities mantidos com o objetivo de ganhos decorrentes de revenda ou mudanças de preços de mercado no curto prazo, obter lucro em estratégias de arbitragem ou de cobertura a outras posições da mesma carteira. Todas as posições não classificadas na “Carteira de Negociação” são classificadas na “Carteira Bancária”.

Relatório de Risco – 2025

Requisitos para operações da carteira de negociação:

- Apreçamento diário;
- Sem restrições contratuais ou legais à liquidação da posição;
- Liquidez elevada do instrumento ou dos instrumentos passíveis de serem usados para cobertura;
- Responsabilidade Tesouraria, que têm liberdade de posicionar-se dentro dos limites estipulados e da estratégia aprovada.

Estrutura de Limites

- Carteira de negociação: limites de VaR para a carteira e por fator de risco; exposição a fatores de risco; perdas (stop-loss) da carteira de negociação; gregas; stress test;
- Carteira de investimento (títulos classificados nas categorias contábeis disponíveis para venda e mantidos até o vencimento): limites de volume e prazo em função do indexador e classificação de risco do emissor.

Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

A instituição define o risco de taxa de juro no banking book como potenciais perdas em sua margem de juros e capital decorrentes de variações no nível das taxas de juros, que seriam respectivamente perdas na rentabilidade e valor patrimonial.

A carteira bancária é composta pelas operações não classificadas na carteira de negociação (trading book) e seus respectivos hedges.

O monitoramento do risco de taxa de juro é feito por meio dos modelos de variações do valor econômico (ΔEVE) e da margem de juros (ΔNII), métricas que são utilizadas para medir os impactos econômico e nos resultados da instituição.

Os principais objetivos da gestão do risco da carteira bancária são a estabilização da margem financeira e gerenciamento do resultado dos instrumentos sujeitos a marcação a mercado que compõem a carteira do banking book. Como estratégia de gestão são utilizados instrumentos financeiros e derivativos, que podem ser ou não utilizadas estratégias de *hedge account*, para hedge das exposições do banking book.

Dentro do processo de gestão e governança, são estabelecidas políticas de gestão, monitoramento e limites para as métricas utilizadas na gestão do risco. A área de Risco de Mercado e Liquidez é a responsável pela apuração, monitoramento, reporte e disseminação dessas métricas e consumo dos limites dentro da instituição, a área de Assets and Liabilities Management (ALM) é a responsável pela gestão ativa do risco. Além do monitoramento das métricas ΔEVE e ΔNII , são realizados testes de estresse com cenários históricos e prospectivos.

Relatório de Risco – 2025

A apuração das métricas de risco é feita diariamente pelo modelo padronizado da Circular nº 3.876, utilizando as premissas e choques de acordo com a circular. A instituição considera as margens comerciais e outros componentes de spread tanto na análise de margem financeira como de valor econômico. Como premissa de prazos médio e máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido, a instituição utiliza a faculdade conferida pelo artigo Art. 15-A da circular 3.876.

Os modelos utilizados na gestão de risco são revisados tanto internamente como por parte independente das responsáveis pela gestão e monitoramento do risco de taxa de juro.

Tabelas

Em atendimento aos requerimentos de divulgação de informações, disponibilizamos as informações quantitativas para o Risco de Mercado e IRRBB a seguir:

MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Em R\$ mil	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025	31/03/2025	31/12/2024
Fatores de risco	RWAMPAD	RWAMPAD	RWAMPAD	RWAMPAD	RWAMPAD
Taxas de juros	2.238.369	2.243.308	1.971.511	1.735.686	1.963.280
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	126.742	431.717	529.735	310.641	218.899
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	1.118.603	874.657	665.636	806.052	1.134.503
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	993.024	936.933	776.141	618.993	609.878
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	-	-	-	-	-
Preços de ações (RWA_{ACS})	-	3	3	36	184
Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	260.226	269.152	226.434	337.342	532.008
Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	666.049	619.689	650.897	553.930	685.130
RWA _{DRC}	504.495	306.988	249.814	523.519	643.732
RWA _{CVA}	1.015.993	998.778	882.871	1.059.565	1.206.551
Total	4.685.133	4.437.917	3.981.531	4.210.077	5.030.885

Total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos

Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira Bancária - Com Contraparte Central

Em R\$ mil	31/12/2025		30/09/2025		30/06/2025		31/03/2025		31/12/2024	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Ações e Índices	-	-	12.477	-	14.568	-	31.023	-	26.080	-
Câmbio	23.919.135	30.229.504	27.092.034	30.368.751	35.638.742	37.152.696	32.867.155	38.271.821	41.986.780	47.623.297
Taxa de juros	146.167.349	139.808.210	131.814.120	136.880.631	143.707.692	146.645.181	129.713.196	129.885.328	59.899.524	63.421.524
Commodities	18.674	195.467	35.750	203.948	175.742	261.967	196.401	352.719	571	3.235

Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira Bancária - Sem Contraparte Central

Fatores de Risco	31/12/2025		30/09/2025		30/06/2025		31/03/2025		31/12/2024	
Ações e Índices	-	-	-	12.479	-	14.570	-	31.005	-	27.233
Câmbio	14.143.688	6.969.585	12.189.235	9.026.327	10.445.218	8.706.838	12.875.609	9.021.017	13.301.020	7.891.433
Taxa de juros	43.918.411	42.531.972	54.936.091	53.620.548	48.216.290	46.955.259	48.058.174	46.026.463	31.865.111	34.304.800
Commodities	6.701.747	4.908.063	6.075.391	3.805.219	5.740.949	3.574.253	4.667.637	2.945.015	761.386	174.908

Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira Bancária - Com Contraparte Central

Fatores de Risco	31/12/2025		30/09/2025		30/06/2025		31/03/2025		31/12/2024	
Ações e Índices	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Câmbio	230.254	212.039	420.299	402.771	327.549	261.650	151.092	144.147	233.126	381.037
Taxa de juros	364.219	344.869	3.473.347	3.503.264	6.117.104	5.713.056	12.649.365	12.277.057	25.244.485	22.109.237
Commodities	584.860	2.212.007	284.446	2.355.101	281.952	2.310.941	237.690	1.723.575	678.643	166.038

Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira Bancária - Sem Contraparte Central

Fatores de Risco	31/12/2025		30/09/2025		30/06/2025		31/03/2025		31/12/2024	
Ações e Índices	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Câmbio	610.204	524.532	751.604	671.770	740.000	663.440	726.236	675.136	225.624	211.382
Taxa de juros	615.667	581.412	2.040.359	2.181.429	1.980.204	2.080.586	2.595.988	2.718.564	2.020.699	1.764.711
Commodities	650.148	650.148	587.071	612.253	508.481	552.819	502.230	576.587	453.651	392.652

IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Em R\$ mil	ΔEVE				ΔNII			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Data-base								
Cenário paralelo de alta	342.731	254.055	309.047	179.738	13.663	34.857	172.496	-
Cenário paralelo de baixa	35	-	-	-	-	2.293	1.929	57.922
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário steepener	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário flattener	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação máxima	342.731	254.055	309.047	179.738	13.663	34.857	172.496	57.922
Data-base								
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	7.696.708	7.687.867	6.145.692	5.543.499				

Risco de Liquidez

Descrição

O risco de liquidez apresenta-se basicamente de duas formas:

- *Risco de funding*: relativo ao acesso a fundos para honrar obrigações ou expansão das atividades; apresenta uma componente temporal definida pela ocorrência de desequilíbrios entre as entradas e as saídas de recursos que possam afetar a capacidade de pagamento, levando-se em consideração as moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações;
- *Risco de liquidez de mercado*: relativo à capacidade de atuar nos mercados sem provocar grandes deslocamentos de preço ou taxa.

A gestão do risco de liquidez é exercida pelo Comitê Financeiro e executada pela Tesouraria, dentro dos limites determinados para sua atuação, por meio da captação e aplicação dos recursos do caixa e da administração dos descasamentos entre entradas e saídas no tempo. Conta com o suporte da área de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez, que monitora os níveis aceitáveis de liquidez correntes e prospectivos, da área de Finanças, que concentra as informações para o controle das posições de caixa e Manufatura, que fornece as informações do caixa de abertura do dia. Os relatórios diários gerados são enviados à Tesouraria, Diretoria e Auditoria Interna. Quinzenalmente, o Comitê Financeiro reavalia a estratégia para o período seguinte.

O ABC Brasil capta recursos no mercado de atacado, institucional, instituições financeiras e varejo via canais próprios e distribuidores. A diversificação é essencial para garantir recursos estáveis que permitam o financiamento das carteiras atuais e do seu crescimento, para tanto, investe em relacionamento com clientes corporativos, institucionais (como fundações, fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras, etc.), gestores de *private bank* e instituições financeiras nacionais e internacionais. Ademais, o volume de captação de cada grupo econômico é sujeito a limites para manter diversificação e evitar concentração excessiva em nomes e períodos de vencimento.

Relatório de Risco – 2025

Responsabilidade dos Comitês

- *Comitê de Risco do Conselho*: aprovação da estrutura de gestão de risco de liquidez;
- *Comitê Executivo*: aprovação da estrutura de gestão de risco de liquidez; garantia de que tal estrutura funcione de forma independente, contando com recursos próprios suficientes;
- *Comitê Financeiro*:
 - aprovação dos limites de liquidez e definição do caixa mínimo;
 - monitoramento da liquidez e definição de estratégias;
 - avaliação do cenário econômico e financeiro e ativação do plano de contingência de liquidez.

Ferramentas

- *Colchão de liquidez/Caixa Mínimo*: a posição de caixa deve ser suficiente para suportar um cenário de estresse severo pelo tempo necessário para tomar as providências cabidas e garantir que elas produzam seus efeitos; tais cenários levam em conta os passivos vincendos, resgate de aplicações, perda de valor de títulos públicos, chamada de margens, taxa de renovação de ativos e outros;
- *Mapas de fluxo de caixa*: indica a evolução da posição de caixa em faixas de tempo, servindo para avaliação do comportamento por produto ou tipo de cliente e a adequação do perfil temporal das captações para financiar as carteiras ativas da instituição;
- *Plano de contingência de liquidez*: plano que indica as ações a serem tomadas na gestão das carteiras, nas atividades da Tesouraria, na elaboração de relatórios, na gestão de crise e outras situações; considera diferentes cenários e, em cada um deles, diversos graus de severidade.

Risco de Crédito

Descrição

O Banco, por operar com clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte, criou estruturas especializadas para a análise e concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é de responsabilidade dos Comitês de Crédito até os limites de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é de competência exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

A gestão é atributo da área de Análise de Crédito no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte da área de Administração de Crédito para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e com a área de Garantias para que elas estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

Relatório de Risco – 2025

A Área de Gestão de Risco de Crédito acompanha risco do ponto de vista da carteira de crédito, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco do Conselho, ao Comitê de Auditoria e ao Comitê Executivo.

O modelo de negócio do Banco ABC Brasil, focado em empréstimos, financiamentos, prestação de garantias e instrumentos derivativos com clientes de pequeno, médio e grande porte, conta com uma estrutura que objetiva garantir:

- ambiente de gestão de risco de crédito apropriado;
- processos de concessão de crédito robustos;
- manutenção de processos adequados de administração e monitoramento de crédito;
- controles adequados sobre risco de crédito.

Tal estrutura incumbe-se de todo o ciclo da gestão de crédito, incluindo de forma não exaustiva:

- avaliação de novos clientes;
- revisão de créditos já concedidos;
- avaliação de novos produtos;
- adequação dos produtos a seus clientes-alvo;
- acompanhamento de concentrações;
- liberação de operações dentro das condições aprovadas;
- identificação tempestiva de debilidade na situação econômico-financeira de clientes;
- análise do impacto de mudanças conjunturais na qualidade da carteira;
- adequação das garantias prestadas por clientes;
- administração das garantias coletadas;
- cobrança dos valores devidos/ações de cobrança;
- Adequado nível de provisionamento, com base na Perda Esperada de Crédito.

Critérios de Gestão de Crédito

A gestão de risco de crédito congrega todas as atividades decorrentes desde a aprovação das linhas de crédito até a quitação; incluindo a contabilização, a alocação de capital econômico, regulatório e a emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Diretoria e o Conselho de Administração.

- A gestão do risco de crédito faz-se tanto pela ótica dos processos quanto dos produtos;
- O processo de aprovação de crédito para clientes novos ou existentes depende da autoridade e da responsabilidade definidas para os executivos, as áreas e os comitês envolvidos;
- O processo de concessão de crédito é regido por normas próprias para os segmentos *Large Corporate & Investment Banking*, Instituições Financeiras,

Corporate, Agronegócio e Middle, tendo-se em conta condições de mercado, perspectivas macroeconômicas, mudanças em produtos e concentrações setoriais ou geográficas;

- O risco de crédito é avaliado pelos seus próprios méritos, considerando-se adicionalmente o efeito mitigador das garantias;
- Também se avalia a efetividade da transferência de risco de crédito no caso de aquisição e venda de carteiras, ou no uso de instrumentos como seguros ou garantias;
- Os limites são estabelecidos por cliente e por grupo econômico para todas as exposições de risco de crédito, incluindo risco de contraparte, liquidação (*settlement*) e emissor, tanto das carteiras de negociação quanto de não-negociação;
- Há processos e ferramentas específicas para a administração das carteiras de crédito e para o monitoramento individual de clientes, incluindo a constituição adequada de provisões e reservas com base na perda esperada de crédito;
- A gestão de risco de crédito é suportada por processos de atribuição e acompanhamento de *rating* de crédito;
- Há mecanismos de monitoramento dos riscos, da qualidade e da concentração das carteiras, que são usados na elaboração de cenários de estresse e de relatórios específicos para acompanhamento de sua performance;
- O risco de contraparte advindo de alterações nas variáveis de risco de mercado é estimado diariamente e monitorado contra limites;
- Existem processos formalizados de tratamento de créditos problemáticos de acordo com a classificação dos casos segundo o estágio de cobrança;
- Todas as posições sujeitas a risco de crédito são acompanhadas, incluindo aquelas fora do balanço, levando em conta a probabilidade e o impacto da materialização do direito de recebimento do banco;
- Linhas de crédito de grande porte são aprovadas pelo Comitê de Risco do Conselho, que define também as alçadas da Administração local
- Produtos novos são analisados levando-se em conta tanto o risco que trazem ao banco quanto ao cliente, de acordo com suas necessidades e sofisticação;
- As áreas envolvidas na gestão e monitoramento do risco de crédito são independentes das áreas de negócio e contam com a estrutura necessária para a execução de suas atividades;
- A verificação independente dos créditos é feita regularmente por revisões de crédito e auditorias, que são encaminhados ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo.

Fluxo de Aprovação

A aprovação de crédito começa com visitas, contatos e diligências das Áreas Comerciais/Canais de Originação. Se o cliente apresentar o perfil desejado pelo banco, o gerente de relacionamento prepara uma proposta para análise da Área de Crédito e coleta o material informativo necessário. De posse da proposta, a Área de Crédito visita ou contata a empresa, realiza uma análise e emite uma recomendação de crédito. Esta

Relatório de Risco – 2025

é discutida com os Gestores de Crédito e, se considerada ajustada ao apetite de risco do Banco, levada ao Comitê de Crédito.

A aprovação pelo Comitê deve ser unânime e é documentada. Depois disto, os limites aprovados são registrados no sistema de controle de crédito

Rating

O Banco ABC Brasil trabalha com uma escala própria de rating de crédito aplicada aos clientes gerada com uma metodologia interna que consiste em modelos quantitativos e qualitativos com base em indicadores financeiros e comportamentais dos clientes, qualidade da gestão, setores de atuação, posicionamento no mercado, suporte de controladores, qualidade das informações disponíveis, entre outros. A metodologia prevê um processo disciplinado de ajustes pelos analistas de crédito e Comitê de Crédito para fatores não capturados pelos modelos.

Monitoramento de Crédito

O portfólio das exposições de crédito é monitorado constantemente por sistemas dedicados a identificar antecipadamente qualquer deterioração nas condições econômico-financeiras dos clientes buscando o acompanhamento contínuo do comportamento interno e externo dos clientes.

Gestão de Garantias

Responsável por apurar o valor do bem dado em garantia e assegurar que as operações contratadas no banco estão de acordo com as condições aprovadas no Comitê de Crédito, atuando no *workflow* de boletas. É também responsável por acompanhar e monitorar a adequação das garantias relacionadas às operações de crédito, no que tange a valores, liquidez e cobertura prevista, apurando eventuais deficiências na cobertura da exigibilidade. Deve informar para as Áreas de Negócios, Crédito, Risco de Crédito, Monitoramento e Produtos sobre as eventuais irregularidades apuradas, visando alertar a todos sobre o ocorrido de maneira a iniciar o processo corretivo.

Revisão de Crédito

As revisões de crédito são feitas por área funcional dentro da diretoria de Crédito. O objetivo é duplo: não só se reavalia e busca garantir a qualidade do crédito dos clientes através de avaliação técnica ainda durante o período de vigência das linhas de Crédito, como também o padrão e a eficácia do processo de análise de crédito.

Risco Atribuído

As operações de derivativos utilizam as linhas de crédito específicas em montantes relacionados a uma proporção do valor nocional. Este decorre do prazo da operação e da volatilidade dos fatores de risco envolvidos. O recálculo diário garante que choques de volatilidade, valores pagos e redução do prazo sejam levados em consideração.

Relatório de Risco – 2025

Processo de Recuperação de Crédito

O Banco ABC Brasil possui processos específicos para recuperação ágil dos créditos em inadimplência, contando com estrutura específica e dedicada. As áreas de Crédito, Comercial, Jurídica, além dos Comitês de Crédito e das Vice-Presidências, são diretamente envolvidas e a resolução dos problemas é monitorada dentro das especificidades de cada caso.

Responsabilidade dos Comitês

- *Comitê de Risco do Conselho*: responsável pela aprovação da estrutura de gestão de risco de crédito e pela aprovação de linhas acima da alçada dos Comitês de Crédito locais;
- *Comitê Executivo*: aprovação da estrutura de gestão de risco de crédito; garantia de que tal estrutura funcione de forma independente, contando com recursos próprios suficientes;
- *Conselho de Administração*: Aprovação dos indicadores e limites da RAS (Apetite de Risco), Teste de Estresse Integrado e Políticas.
- *Comitê de Crédito – Segmentos Large Corporate & Investment Banking e Corporate*: responsável pela aprovação dos créditos para os clientes corporativos até sua alçada e pela ratificação do rating atribuído aos clientes – toda aprovação deve ser por unanimidade de seus membros votantes, que inclui os membros do Comitê Executivo e os gestores da área de Crédito;
- *Comitê de Crédito – Segmento Agronegócio*: responsável pela aprovação dos créditos para os clientes corporativos até sua alçada e pela ratificação do rating atribuído aos clientes – toda aprovação deve ser por unanimidade de seus membros votantes, que inclui os membros do Comitê Executivo e os gestores da área de Crédito
- *Comitê de Crédito – Segmento Middle*: responsável pela aprovação dos créditos para os clientes do segmento até sua alçada e pela ratificação do rating atribuído aos clientes – toda aprovação deve ser por unanimidade de seus membros votantes, que inclui os membros do Comitê Executivo e os gestores da área de Crédito;
- *Comitê Crédito Financeiro – Instituições Financeiras*: mesma responsabilidade dos demais Comitês de Crédito, mas dirigido aos créditos de instituições financeiras;
- *Comitê de Operações Sindicalizadas*: responsável pela aprovação dos limites para operações de “underwriting”;
- *Comitê de PDD*: discute e valida as atribuições de valores de provisionamento para as operações do banco, reavaliando também o rating por conta da faixa de atraso, garantias aportadas, ou fatos relevantes que impactem a capacidade de pagamento do cliente;
- *Comitê de Revisão e Monitoramento de Crédito*: responsável pela revisão dos créditos para os clientes corporativos até sua alçada (incluindo ações relacionadas aos limites, desde a manutenção ou recomendações para eventuais ajustes necessários, bem como revisões de rating, garantia, valores e

Relatório de Risco – 2025

- prazos) – toda aprovação deve ser por unanimidade de seus membros votantes, que inclui os membros do Comitê Executivo e os gestores da área de Crédito.
- *Comitê de Recuperação de Ativos*: Avaliar e informar sobre todas as operações e clientes que estão em estágio de cobrança amigável, negociação e cobrança judicial.
 - *Comitê de Bens Não de Uso (BNDU)*: discute o destino dos bens recuperados em créditos problemáticos e define os critérios de venda

Em atendimento aos requerimentos de divulgação de informações, disponibilizamos as informações quantitativas para risco de crédito a seguir:

CR1: Qualidade Creditícia das exposições

	Valor Bruto:		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido (a+b-c)
	A	B		
	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos		
Em R\$ mil	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Concessão de crédito	946.334	23.167.058	747.994	23.365.397
Títulos de dívida	380.938	22.344.494	287.059,46	22.438.372
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	6.568.472	-	6.568.472
dos quais: outros títulos	380.938	15.776.022	287.059,46	15.869.901
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	22.383	13.376.427	40.691	13.358.119
Total (1+2+3)	1.349.655	58.887.979	1.075.745	59.161.889

CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Em R\$ mil	31/12/2025	
Ativo	(a)	Outros
	Total	
Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	1.773.526	
Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	625.253	
Valor das operações reclassificadas para curso normal	-	
Valor da baixa contábil por prejuízo	-	132.398
Outros ajustes	-	916.725
Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	1.349.655	

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Em R\$ mil	31/12/2025	
Exposição Por Região Geográfica no Brasil	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)
SUDESTE	30.651.076	31.337.340
CO	11.175.443	11.322.966
SUL	10.380.772	10.536.332
EXTERIOR	3.127.808	3.132.131
NE	3.055.679	3.132.907
NORTE	771.111	775.958
Total Geral	59.161.889	60.237.634

Relatório de Risco – 2025

Em R\$ mil		31/12/2025	
Exposição Por País	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)	
BRASIL	56.019.984	57.091.385	
ESPANHA	750.782	750.851	
REP. DA CORÉIA (CORÉIA DO SUL)	590.329	590.329	
SANTA LÚCIA	573.121	573.326	
CAYMAN	438.513	440.393	
SUÍÇA	332.797	333.517	
PARAGUAI	158.491	158.983	
COLÔMBIA	110.527	110.549	
ÁUSTRIA	81.932	82.814	
ESTADOS UNIDOS	55.949	55.982	
LUXEMBURGO	49.464	49.504	
Total	59.161.889	60.237.634	

Em R\$ mil		31/12/2025	
Exposição Por Setor Econômico	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)	
Órgãos Governamentais Nacionais	7.040.355	7.040.579	
Cadeia Soja e Algodão	6.644.709	6.766.684	
Energia Elétrica	5.482.002	5.538.034	
Real Estate	4.903.646	4.945.068	
Agrícola (Geral) e Pecuária	4.436.578	4.560.798	
Financeiro	4.196.801	4.206.233	
Comércio	4.058.928	4.188.056	
Serviços	3.724.200	3.802.845	
Transporte e Logística	3.367.369	3.586.602	
Petroleo, Gás e Químicos	2.542.257	2.595.368	
Indústria Alimentícia e Farmacêutica	1.864.887	1.889.632	
Açúcar e Alcool	1.573.360	1.595.336	
Bens de Consumo	1.493.826	1.517.277	
Construção Pesada e Infraestrutura	1.482.940	1.508.514	
Mineração, Siderurgia e Metalurgia	1.049.369	1.072.626	
Saneamento & Outros	946.882	949.623	
Automobilística	770.191	777.945	
Bens de Capital	768.239	783.356	
Telecomunicações	764.444	771.136	
Saúde	592.904	608.006	
Madeira, Papel e Celulose	582.054	588.035	
Indústria Vestuário	565.567	625.794	
Pessoas Físicas	310.381	320.088	
Total Geral	59.161.889	60.237.634	

Em R\$ mil		31/12/2025	
Exposição Por Prazo Remanescente	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)	
Até 6	14.488.251	14.854.469	
6 a 12 meses	11.497.481	11.716.486	
1 a 5 anos	26.232.901	26.620.741	
Acima de 5 anos	5.961.591	6.056.093	
Total Geral	58.180.224	59.247.789	

(1) Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

Em R\$ mil		31/12/2025	
Curso Anormal	Exposição Por Região Geográfica no Brasil	Total da Exposição	
Valor da Exposição	CO	234.509	
Valor da Exposição	SUDESTE	787.980	
Valor da Exposição	SUL	212.164	
Valor da Exposição	NORTE	4.723	
Valor da Exposição	NE	110.278	
	Total Geral	1.349.655	
Provisão	CO	117.844	
Provisão	SUDESTE	527.200	
Provisão	SUL	107.530	
Provisão	NORTE	2.854	
Provisão	NE	65.863	
	Total Geral	821.292	
Baixa para Prejuízo	SUDESTE	82.534	
Baixa para Prejuízo	SUL	26.841	
Baixa para Prejuízo	NE	1.053	
Baixa para Prejuízo	CO	21.953	
Baixa para Prejuízo	NORTE	18	
	Total Geral	132.398	

Relatório de Risco – 2025

Em R\$ mil		31/12/2025
Curso Anormal	Exposição Por Setor Econômico	Total da Exposição
Valor da Exposição	Açúcar e Álcool	17.103
Valor da Exposição	Agrícola (Geral) e Pecuária	173.253
Valor da Exposição	Automobilística	8.198
Valor da Exposição	Bens de Capital	18.467
Valor da Exposição	Bens de Consumo	32.401
Valor da Exposição	Cadeia Soja e Algodão	206.388
Valor da Exposição	Comércio	150.226
Valor da Exposição	Construção Pesada e Infraestrutura	14.460
Valor da Exposição	Energia Elétrica	75.371
Valor da Exposição	Financeiro	7.147
Valor da Exposição	Indústria Alimentícia e Farmacêutica	37.696
Valor da Exposição	Indústria Vestuário	85.143
Valor da Exposição	Madeira, Papel e Celulose	3.471
Valor da Exposição	Mineração, Siderurgia e Metalurgia	15.009
Valor da Exposição	Pessoas Físicas	11.169
Valor da Exposição	Petroleo, Gás e Químicos	88.589
Valor da Exposição	Real Estate	66.327
Valor da Exposição	Saneamento & Outros	1.444
Valor da Exposição	Saúde	11.363
Valor da Exposição	Serviços	110.726
Valor da Exposição	Telecomunicações	697
Valor da Exposição	Transporte e Logística	215.007
	TOTAL	1.349.655
Provisão	Açúcar e Álcool	14.639
Provisão	Agrícola (Geral) e Pecuária	106.053
Provisão	Automobilística	5.525
Provisão	Bens de Capital	11.024
Provisão	Bens de Consumo	13.776
Provisão	Cadeia Soja e Algodão	92.151
Provisão	Comércio	99.904
Provisão	Construção Pesada e Infraestrutura	6.788
Provisão	Energia Elétrica	50.310
Provisão	Financeiro	5.100
Provisão	Indústria Alimentícia e Farmacêutica	17.495
Provisão	Indústria Vestuário	57.131
Provisão	Madeira, Papel e Celulose	3.372
Provisão	Mineração, Siderurgia e Metalurgia	13.325
Provisão	Pessoas Físicas	8.357
Provisão	Petroleo, Gás e Químicos	44.790
Provisão	Real Estate	8.059
Provisão	Saneamento & Outros	946
Provisão	Saúde	10.057
Provisão	Serviços	55.951
Provisão	Telecomunicações	70
Provisão	Transporte e Logística	196.468
	TOTAL	821.292
Baixa para Prejuízo	Agrícola (Geral) e Pecuária	11.312.245
Baixa para Prejuízo	Bens de Capital	5.208.364
Baixa para Prejuízo	Bens de Consumo	7.712.781
Baixa para Prejuízo	Cadeia Soja e Algodão	17.875.041
Baixa para Prejuízo	Comércio	20.585.240
Baixa para Prejuízo	Construção Pesada e Infraestrutura	973.653
Baixa para Prejuízo	Energia Elétrica	56.786
Baixa para Prejuízo	Indústria Alimentícia e Farmacêutica	7.967.043
Baixa para Prejuízo	Indústria Vestuário	4.653.081
Baixa para Prejuízo	Madeira, Papel e Celulose	6.286.864
Baixa para Prejuízo	Mineração, Siderurgia e Metalurgia	83.247
Baixa para Prejuízo	Pessoas Físicas	1.583.339
Baixa para Prejuízo	Petroleo, Gás e Químicos	1.924.854
Baixa para Prejuízo	Real Estate	814.798
Baixa para Prejuízo	Serviços	41.787.643
Baixa para Prejuízo	Transporte e Logística	1.799.723
Baixa para Prejuízo	Financeiro	32.307
Baixa para Prejuízo	Telecomunicações	1.741.239
	TOTAL	132.398.247

Relatório de Risco – 2025

Em R\$ mil	31/12/2025	
Curso Anormal	Exposição Por País	Total da Exposição
Valor da Exposição	BRASIL	1.349.655
	Total Geral	1.349.655
Provisão	BRASIL	821.292
	Total Geral	821.292
Baixa para Prejuízo	BRASIL	132.398
	Total Geral	132.398

Em R\$ mil	31/12/2025	
Exposição Em Atraso Por Faixa de Atraso	Exposição	
Menor que 30 dias		76.570
Entre 31 e 90 dias		144.394
Entre 91 e 180 dias		49.029
Entre 181 e 365 dias		66.767
Maior do que 365 dias		56.612
Total Geral		393.371

Em R\$ mil	31/12/2025	
Segregação do Total das Exposições Reestruturadas	Exposição	
Ativos problemáticos		35.929
Demais		-
		35.929

Em R\$ mil	31/12/2024	
Percentual das 10 e das 100 maiores exposições em relação ao total da	Exposição	
Dez maiores		23%
Cem maiores		52%

Em R\$ mil	31/12/2025	
Percentual das 10 e das 100 maiores exposições em relação ao total da	Exposição	
Dez maiores		19%
Cem maiores		47%

Risco de Crédito de Contraparte

Descrição

O risco de crédito de contraparte, reflete uma estimativa das possíveis perdas financeiras em eventos de incumprimento de obrigações relativa à negociação de derivativos e ativos financeiros por contrapartes.

A exposição a este risco é mensurada por meio de metodologia de risco atribuído considerando o valor de mercado de uma transação acrescida a uma estimativa da exposição potencial futura até o seu vencimento para um determinado nível de confiança, sendo o resultado zero ou um valor positivo. A exposição é recalculada em cada dia útil e monitorada contra um limite de crédito, que faz parte do limite geral de crédito concedido ao cliente.

Relatório de Risco – 2025

Os principais instrumentos de mitigação do risco de crédito de contraparte, principalmente contrapartes que são instituições financeiras, são CSA (Credit Support Annex) que contam com depósito de margem inicial e/ou de variação e mecanismos como *threshold*, *minimum transfer amount* (MTA), independente *amount* (IA), período de verificação diária ou maior, e garantias como títulos públicos, aplicação financeira, cash colateral, entre outros. Estes são realizados pela contraparte na própria instituição ou em outras instituições custodiantes.

Para operações liquidadas via contraparte centrais (CCPs), o risco de crédito de contraparte é considerado fortemente mitigado pelos depósitos de margem exigidos e outras salvaguardas, que incluem recursos contra fundos de garantia e o patrimônio das *clearings*.

Com relação a possíveis impactos no montante de colaterais que a instituição seria obrigada a empenhar no caso de rebaixamento da classificação de crédito, contratos com cláusulas que requerem depósitos de colaterais adicionais em tais eventos são restritos com o objetivo de minimizar eventuais impactos.

Exposições de Securitização

Objetivos das atividades de securitização

O Banco ABC Brasil atua na coordenação e distribuição de emissões de valores mobiliários securitizados no mercado de capitais, com ou sem garantia firme de colocação. Nas hipóteses em que atua concedendo a garantia firme, assume o risco como investidor da operação.

Além disso, o Banco ABC Brasil pode atuar como investidor, adquirindo operações com diferentes classes de priorização dos veículos emissores. Para a tomada de decisão de investimento são levados em conta diversos fatores, como perfil de risco dos ativos, análise de risco dos ativos subjacentes, retorno atribuído às emissões, mecanismos de subordinação, entre outros.

No entanto, é importante observar que o Banco ABC Brasil não atua como contraparte patrocinadora de qualquer sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização e também não administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão ou originação.

No que se refere à contabilização, os pontos a se considerarem são que: os ativos representativos de securitizações de terceiros são contabilizados da mesma forma que os outros ativos do banco, de acordo com as normas contábeis brasileiras.

É importante destacar que, no ano de 2025, o Banco ABC Brasil não realizou a venda de ativos de crédito sem retenção substancial de riscos e não cedeu exposições com retenção substancial de riscos que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

Risco Socioambiental e Climático

Descrição

O Risco Socioambiental e Climático tem a característica da transversalidade a outros riscos. Presente principalmente por conta das atividades de seus clientes e seus impactos sociais, ambientais e climáticos. Tais impactos, caso não gerenciados adequadamente podem desencadear ressarcimento de danos ou pagamento de multas, atrasar ou interromper projetos em andamento, adaptação do seu negócio ou mesmo afetar a capacidade de pagamento dos clientes podendo refletir em risco de crédito, risco legal, risco reputacional, risco de mercado e liquidez, risco operacional. Adicionalmente, o Banco deve também evidenciar sua diligência na avaliação destes relacionamentos.

A gestão do risco socioambiental e climático está vinculada à autoridade do Comitê de Crédito, que é o responsável final pela aprovação das condições de relacionamento do Banco com seus clientes.

As áreas comerciais, como responsáveis primeiros pelos relacionamentos, devem ter compreensão dos riscos socioambientais e climáticos de seus clientes e da forma como estes podem impactar o banco, além de acompanharem de perto informações relevantes sobre mudanças em tais riscos. A avaliação do risco socioambiental e climático é parte integrante do processo de concessão de crédito aos clientes, utilizando-se para tanto de dados capturados em base públicas oficiais, informações em mídias e fornecidas pelos clientes. A metodologia implementada de avaliação dos RSAC inclui análise de perfil de risco com base em um processo de rating interno socioambiental e climático sustentado nas seguintes definições desses

Risco Social: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum.

Risco Ambiental: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Risco Climático:

Risco Climático de Transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono.

Risco Climático Físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo.

Para tanto, a Governança da gestão do risco socioambiental e climático está alinhada aos objetivos estratégicos, delineados pelo posicionamento de Responsabilidade Socioambiental e Climática do Banco, explicitados através de sua Política (PR SAC).

Relatório de Risco – 2025

O tema reportado em dois comitês onde são acompanhados indicadores ligados ao apetite ao risco da instituição, que mensura grupos econômicos classificados com alto risco socioambiental e climático, e indicadores gerenciais, que mensuram situações ligadas a temas sensíveis tratadas internamente.

Junto aos indicadores, são performados teste de estresse climático para identificação de clientes que atuam em setores e regiões mais suscetíveis a eventos climáticos extremos, aplicando rebaixamentos na classificação de crédito para quantificar o aumento na probabilidade de não repagamento. Esses procedimentos auxiliam a gerir os riscos e saúde da carteira.

Por fim, os procedimentos e gerenciamento de risco socioambiental e climático seguem as diretrizes constantes nas resoluções do Banco Central, na autorregulação da Febraban, bem como as melhores práticas do mercado

Conclusão

As estruturas de Gestão de Riscos estão de acordo com o porte e o grau de complexidade das operações do banco, gozando da independência e suporte necessários para o exercício de suas funções

Banco ABC Brasil S.A.

Av. Cidade Jardim, 803 – 4º andar

São Paulo – Brasil

CEP 01453-000

Gestão de Riscos